

O Patrimônio Documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação: pressupostos teóricos e práticos

Daniela Eugênia Moura de Albuquerque

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
daniela.eugenia@ufpe.br; ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1136-8965>

Murilo Artur Araújo da Silveira

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
muriloas@ufpe.br; ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9708-6001>

Resumo: O emprego do termo patrimônio documental, em uma constatação simplista, parece óbvio. No entanto, as discussões em torno do patrimônio documental, carece de aprofundamento nos estudos de informação, uma vez que o emprego reflete, diretamente, numa imprecisão conceitual entre o qualificativo “documental”. Diante disso, a pesquisa tem por objetivo geral analisar as relações teóricas e as aplicações sobre o patrimônio documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação. O estudo apresenta fins descritivos, meios bibliográficos e análise de conteúdo, como métodos, em que foram levantados 69 artigos de autores brasileiros indexados da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação publicados no período de 2010 a 2020. Considera que o patrimônio documental compreende toda coleção de documentos de natureza extremamente variada, pertencente a qualquer época e integrante de um conjunto de manifestações e representações culturais, históricas e contemporâneas, que é constituído da memória social, da cidadania, da identidade, da educação e da diversidade da humanidade, sendo de titularidade pública ou privada que contemple espaços: sociais, inovadores, identitários, humanísticos, culturais, científicos, históricos, memoriais, tecnológicos, por meio do vínculo com o país de origem, em que carrega atributos, substancialmente, informacionais.

Palavras-chave: patrimônio documental; BRAPCI; produção científica brasileira; análise de conteúdo

1 Introdução

O patrimônio documental é, antes de tudo, um elemento de sustentação da memória e da identidade social, na qual o documento qualifica o objeto

patrimônio como instrumento de poder e produto das ações humanas, concebido por intermédio de práticas sociais e culturais. Em uma perspectiva hierárquica, o termo patrimônio documental está abarcado pelo termo patrimônio cultural, decorrente do contexto de disputas culturais que cercam os bens materiais e imateriais em variados suportes. Nesse compasso, o patrimônio documental não comporta exclusivamente os arquivos históricos, ampliando o lugar-comum “arquivo” para outros lugares de memória, incluindo variadas interfaces informacionais.

O patrimônio documental é decorrente de uma luta social e ideológica que fomenta, em grande parte e em larga escala, as falas legitimadas pelo Estado, em detrimento das falas plurais existentes na sociedade. Logo, surgem os seguintes questionamentos: em que ponto essa base estatal está atingindo as coleções que comportam o patrimônio documental? Que motivações ideológicas perpassam esses documentos patrimoniais, e que podem até condenar ao esquecimento obras que não foram contempladas por não seguirem os parâmetros estabelecidos pelas instituições públicas voltadas a ciência? Até onde vão esses limites regidos pelo aparelho estatal em relação ao patrimônio documental?

Os elementos que conduzem às discussões contemporâneas sobre patrimônio e suas distintas formas de manifestações no Brasil recaem em um conjunto de campos científicos. Objeto de estudo da História, Antropologia, Arquitetura, Artes, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, dentre outros campos, o patrimônio sempre esteve em pauta. A Ciência da Informação (CI) com o seu caráter transformador contribui nas análises e na identificação das representações e processos informacionais dos itens constituintes do patrimônio documental, pois “[...] favorecem o resgate, organização, representação, administração e divulgação da riqueza cultural [...] e, portanto, a memória e a identidade das nações” (DORADO SANTANA; HERNÁNDEZ GALÁN, 2015, p. 33, tradução nossa).

A problematização sobre a demarcação conceitual do termo patrimônio documental interessa à CI, porque o objeto está posto em seu domínio epistemológico. Os registros documentais em suas distintas formas de

manifestação são amplamente discutidos no campo da informação, na perspectiva das relações históricas entre informação, documento e conhecimento.

Devido à imprecisão conceitual, surge um problema aplicado, pois as unidades de informação se pautam em conceitos que podem salvar ou condenar ao esquecimento um item que se caracteriza como patrimônio documental, em virtude: (1) da notória supervalorização dos fundos antigos em detrimento dos contemporâneos; e (2) do distanciamento identitário das coleções com os elementos geográficos, sociais e culturais. Logo, as confusões terminológicas decorrentes desses problemas podem gerar obstáculos e perdas como: (1) a relação histórica e identitária dos registros; (2) as formas de apropriação e mediação cultural; (3) o nível de desenvolvimento e inovação sociocultural; e (4) o direito do acesso e uso dos patrimônios existentes.

Nesse contexto, o artigo tem como objetivo analisar as relações teóricas e as aplicações sobre o patrimônio documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação. O estudo demarca as formas e as manifestações dos registros documentais, bem como identifica os elementos de caracterização do patrimônio documental presentes na literatura científica da Ciência da Informação, com base nos 69 artigos indexados da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) publicados no período de 2010 a 2020.

O caminho metodológico da pesquisa é descritivo e bibliográfico, pautado nas três etapas cronológicas propostas por Bardin (2008): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

2 Patrimônio documental: conceito em formação

O patrimônio documental “[...] ainda não se encontra bem definido, seja em âmbito científico, legal ou prático” (CRIVELLI; BIZELLO, 2019, p. 43). A associação do patrimônio documental aos documentos de arquivos e históricos em sua forma física é latente, no qual encontram-se estabelecidos como “patrimônio arquivístico”, a exemplo do que consta no Dicionário de

Biblioteconomia e Arquivologia (ARQUIVO NACIONAL, 2005); marginalizando outras tipologias documentais em sua composição e acarretando problemas conceituais ao termo, entendido em grandes proporções no âmbito arquivístico e como bens acumulados ao longo dos séculos.

Nesse escopo de alcance terminológico, vale destacar as competências do Arquivo Nacional (2005) como instituição gerenciadora da preservação e da divulgação do patrimônio documental, assentindo novamente para a limitação tipológica do patrimônio documental no país, não levando em consideração o contexto dos diferentes marcos sociais e comunitários. A consequência disso dá margem para a construção de uma definição inflexível do patrimônio documental, dando ênfase, principalmente, à sua localização (arquivo) e/ou seu gênero documental (documento textual).

A Unesco (2015) expõe uma conceituação mais robusta traçando o pertencimento identitário, a conservação para o bem da humanidade e a colaboração das instituições, incluindo as práticas culturais, que permitem inferir o patrimônio documental dentro do escopo do patrimônio cultural. O fator desfavorável se configura no tempo do item, o que exclui os bens contemporâneos, concentrando-se no uso exacerbado do passado, anulando o sentido discursivo do patrimônio documental na atualização da memória.

O Programa Memória do Mundo (MOW) atua frente à difusão e preservação do patrimônio documental mundial, conceituando o termo a partir das manifestações culturais com cobertura dos seguintes itens: móveis; constituídos por sinais/códigos; sons e/ou imagens; preserváveis; reproduzíveis e transferíveis; e frutos de um processo deliberado de documentação. Para o MOW, “O patrimônio documental não existe em um vácuo, mas às vezes em um contexto cultural e de conservação aonde deve-se respeitar os direitos e usos tradicionais” (EDMONDSON, 2002, p. 12-13). A partir dessa afirmativa, tem-se uma visão mais pragmática do que se entende por patrimônio documental, elevando os aspectos culturais — patrimônio cultural —, a proteção dos bens, os usos e os marcos legais que devem ser estimados, conduzindo os aportes educacionais que norteiam três pontos basilares do patrimônio documental: salvaguarda, mediação e apropriação.

A Lei Espanhola nº 16/1985 (ESPANHA, 1985) foi um dos marcos legais pioneiros a distinguir o patrimônio documental e bibliográfico no art. 49, delimitando a tipologia documental constituinte de cada patrimônio. Cabe destacar que a Lei entende por patrimônio bibliográfico as coleções bibliográficas de titularidade pública, sendo manuscritas ou impressas, encontradas nas bibliotecas e não contendo ao menos três exemplares antes de 1958. Analisando os efeitos desses critérios, constata-se que após 36 anos da data de criação da Lei, priorizando a seção especial ao patrimônio bibliográfico, está incluso a restrição da localização (biblioteca), a desconsideração de obras contemporâneas e a atribuição chave em suportes estritamente textuais.

No que concerne ao patrimônio documental, a Lei Espanhola nº 16/1985 não define o termo, porém, primeiramente, esclarece o que ela entende por documento, as expressões em linguagem natural ou convencional em qualquer tipo de suporte material, tal qual os informáticos, para posteriormente ditar os documentos que fundam o patrimônio documental, evitando assim conflitos práticos e administrativos:

2. Formam parte do Patrimônio Documental os documentos de **qualquer época** gerados, conservados ou reunidos no exercício de sua função por **qualquer organismo ou entidade de caráter público**, pelas pessoas jurídicas em cujo capital participe majoritariamente o Estado ou outras entidades públicas e pelas pessoas privadas, físicas ou jurídicas, gestoras de serviços públicos no que se relacione com a gestão destes serviços.

3. Formam, igualmente, parte do Patrimônio Documental os documentos com uma **antiguidade superior a quarenta anos**, gerados, conservados ou reunidos no exercício de suas atividades pelas entidades e associações de caráter político sindical ou religioso e pelas entidades, fundações e associações culturais e educativas de caráter privado.

4. Integram, também, o Patrimônio Documental os documentos com uma **antiguidade superior a cem anos**, gerados, conservados ou reunidos por quaisquer outras entidades particulares ou pessoas físicas.

5. A Administração do Estado poderá declarar constitutivos do Patrimônio Documental aqueles documentos que, **sem alcançar a antiguidade indicada** nos apartados anteriores, mereçam esta consideração (ESPANHA, 1985, p. 20342-20352, tradução e grifo nosso).

A presente Lei torna claro o papel do sistema administrativo do Estado como o responsável pela conservação, defesa e administração do patrimônio documental, por via da participação das entidades públicas, não omitindo a

sociedade e adotando marcas temporais que contemplem tanto os bens superiores a quarenta ou cem anos, quanto os de qualquer época. O interessante a ser observado na descrição dos itens formadores do patrimônio documental espanhol, está nas categorizações públicas e privadas para as diferentes linhas temporais, além do fator político e religioso englobando também as associações culturais e educativas. Em outras palavras, a fuga do lugar-comum (arquivos) para outras entidades de caráter sociocultural.

Da mesma forma, é válido apontar, à luz no perfilamento dos mecanismos legais atuais, o art. 2º da legislação colombiana nº 1.379/2010, que centraliza a definição de patrimônio documental na produção intelectual originária do país e as que venham agregar valor na construção identitária nacional. Conforme observa a legislação, a Colômbia inclui diferentes gêneros documentais e caminha na mesma direção dos mexicanos ao considerar os conceitos de patrimônio documental e bibliográfico como sinônimos e indissociáveis (COLÔMBIA, 2010).

Sob o enfoque dos teóricos internacionais, Fernández de Zamora (2009) esclarece que o patrimônio documental não se estende somente aos documentos arquivísticos e aos livros antigos. Há mais de dez anos, o autor já questionava a problematização da relevância, do pertencimento, do reconhecimento, da revalorização e da preservação que as instituições em consonância com a sociedade precisam exercer sobre o patrimônio documental, que é fundamental para as manifestações sociais, culturais, intelectuais e artísticas.

Em outro cenário, temos Palma Peña (2013) que não entente o patrimônio documental de maneira isolada, mas o define juntamente com o patrimônio bibliográfico, em que ambos são o pilar do patrimônio cultural da humanidade. O pesquisador mexicano faz um paralelo com as propostas do MOW, acrescentando a difusão e socialização do patrimônio documental e bibliográfico, a fim de que as sociedades possam usufruir e refletir os elementos sociais, culturais e históricos presentes nos patrimônios perante os direitos culturais. Para o autor, o patrimônio documental e bibliográfico são as:

[...] expressões artísticas, históricas, culturais, folclóricas, educativas, intelectuais e científicas, entre outras, que foram produzidas para ser testemunha fiel do desenvolvimento das

sociedades; que por sua vez, foram objetivados nos manuscritos, impressos, meios audiovisuais, documentos eletrônicos e outros tipos, cuja finalidade é armazenar, transmitir, preservar, conservar, comunicar e difundir a soma de conhecimentos nessas manifestações (PALMA PEÑA, 2013, p. 41, tradução nossa).

Os conceitos analisados demonstram que o patrimônio cultural, os direitos culturais, a identidade, a mediação cultural, e a memória são indissociáveis para a construção terminológica do patrimônio documental. Cabe enfatizar os teóricos contemporâneos da América Latina, que não restringem o elemento raro e antigo como os norteadores do patrimônio documental, trazendo à luz conceitos que expressam experiências locais e centralizadas na realidade da sociedade.

Em continuidade na demarcação teórico-conceitual sobre patrimônio documental, foram estabelecidos os principais elementos que incidem na categorização do patrimônio documental, de forma a tornar mais compreensível os limites e alcances, as possibilidades, vertentes e características. O Quadro 1 ilustra a sistematização realizada sobre as características do patrimônio documental por meio de três linhas e colunas, divididas por categorias (macro) criadas para aglutinar os nove elementos de caracterização (micro) e suas respectivas definições, identificadas como fatores condicionantes que circunscrevem a compreensão sobre o domínio do patrimônio documental, por intermédio da literatura especializada.

Quadro 1 - Principais elementos de caracterização do Patrimônio Documental

CATEGORIA	ELEMENTO DE CARACTERIZAÇÃO	DEFINIÇÃO
CONTEÚDO	Autenticidade	Confiabilidade da coleção como tal, livre de qualquer adulteração, composta pela integridade e identidade dos documentos, sob custódia de uma instituição ou indivíduos.
	Integridade	Evidência completa e fidedigna dos documentos e da coleção que não foram modificados por nenhuma ação não autorizada.
	Abrangência	Dimensões espaciais, históricas e contemporâneas das práticas culturais, sociais, educativas,

		econômicas e políticas presentes nos registros documentais que constituem as coleções.
CUSTÓDIA	Territorialidade	Espaço que abriga os documentos e as coleções, bem como as relações estabelecidas com as práticas socioculturais.
	Missão patrimonial	Ações de promoção, coordenação, gestão, preservação e salvaguarda dos registros documentais e das coleções que revelem a identidade, a memória e a cultura de indivíduos, grupos sociais e/ou instituições.
MATERIALIDADE	Antiguidade	Documentos datados até o século XIX e que expressam a materialidade e a continuidade das práticas socioculturais em uma perspectiva integrada entre identidade, memória e cultura.
	Raridade	Documentos únicos e preciosos de publicação incomum de interesse histórico, geográfico, temático e institucional, com alto valor de mercado e fundamentado na desigualdade entre oferta e demanda.
	Forma e Estilo	Elementos estético, estilístico e/ou linguístico dos registros documentais e da coleção em suas dimensões simbólicas, artístico-culturais e sociais.
	Marcas de Proveniência	Descrições e identificações das marcas temporais encontradas nos documentos e nas coleções que estabelecem os vínculos entre o período de produção e a sociedade em uma perspectiva integrada.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do Quadro 1 é oportuno destacar quatro elementos de caracterização emergenciais que apresentam lacunas nas conceitualizações do patrimônio documental. São eles: (1) **antiguidade e raridade**, sempre como protagonistas na demarcação conceitual do patrimônio, em que ambos os termos, individual ou integradamente, evidenciam a compreensão do material e seu domínio epistemológico e contextual; (2) **missão patrimonial**, o elo

indissociável de qualquer categoria de patrimônio caminha em conjunto com os aspectos identitários, memoriais, educacionais e culturais, ou seja, sem ele não é possível traçar um planejamento de gestão e salvaguarda que estejam diretamente conectado com as necessidades patrimoniais de uma determinada instituição; e (3) **marcas de proveniência**, refletem o testemunho fiel da origem da coleção, vestígios singulares de elementos de sua constituição e formação: carimbos, dedicatórias, ex-libris, entre outros que dialogam com o público.

Os marcos legais e a literatura científica revelam a presença do patrimônio cultural na composição da definição do patrimônio documental como um conjunto de manifestações históricas e contemporâneas, advindas dos elementos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos. Nesse sentido, o patrimônio documental perpassa o terreno dos aspectos, preferencialmente, textuais para compor outros suportes informacionais de caráter multidisciplinar, que expressam as tendências culturais atuais e futuras, apoiados na difusão, no uso e na valorização de acordo com a construção da realidade social dos bens.

Portanto, diante de tudo o que foi explanado, nos parâmetros dessa pesquisa foi demarcado as compreensões conceituais sobre o patrimônio documental, sendo: Toda coleção de documentos de natureza extremamente variada, pertencente a qualquer época, que são parte de um conjunto de manifestações e representações culturais, históricas e contemporâneas, tendo aporte na memória social, na cidadania, na identidade, na educação e na diversidade da humanidade; configura-se também como recurso de informação e cultura, de titularidade pública ou privada que contempla espaços: sociais, inovadores, identitários, humanísticos, culturais, científicos, históricos, memoriais, tecnológicos, por meio do vínculo com o país de origem, que carrega atributos, substancialmente, informacionais, a fim de garantir a preservação, difusão, salvaguarda e geração de novos conhecimentos (CRIVELLI; BIZELLO, 2019; EDMONDSON, 2002; ESPANHA, 1985; FERNÁNDEZ DE ZAMORA, 2009; HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1996; LOUREIRO, 2020; PALMA PEÑA, 2013; UNESCO, 2015).

3 Percurso metodológico

Quanto aos objetivos, a pesquisa se baseia como descritiva, que demanda do investigador um apanhado de informações sobre o que deseja pesquisar (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto aos meios, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois ampara-se em registros da literatura científica consolidada para composição do corpus e estabelecimento das análises dos resultados, tendo como fontes de informações os livros e os artigos de revistas.

Como método foi utilizada a análise de conteúdo que permite uma classificação em categorias que auxiliam no entendimento do que está por trás dos discursos, além de enriquecer a leitura alcançando um nível de profundidade nos textos que apresentam mensagens de duplos sentidos, ultrapassando as incertezas (BARDIN, 2008).

Os três polos cronológicos, pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, foram trabalhados na pesquisa. A distribuição para cada polo foi a seguinte: (1) Pré-análise: leitura flutuante, escolha dos documentos e preparação do material; (2) Exploração do material: recorte, enumeração e classificação e agregação; (3) Tratamento dos resultados: resultados, inferência e interpretação.

3.1 Pré-análise

Trata-se da etapa inicial da análise que consiste na organização e sistematização das ideias introdutórias, apresentadas em três missões: seleção dos documentos a serem submetidos à análise, formulação das hipóteses e dos objetivos e a construção de indicadores que fundamentam a interpretação final (BARDIN, 2008).

Na etapa **leitura flutuante** o *corpus* da pesquisa é constituído pelos artigos de periódicos de autores brasileiros indexados pela BRAPCI de 2010 a 2020, a fim de ter subsídios para analisar como a literatura científica nacional em CI está trabalhando a conceitualização do patrimônio documental. O ano 2021 foi excluído porque contempla o período de desenvolvimento deste estudo e as revistas ainda não haviam fechado todos os seus números.

Para as buscas na BRAPCI, os dados foram coletados através do campo “todos” e com delimitação temporal de 2010 a 2020. Os descritores utilizados na estratégia de busca em sua respectiva ordem foram: “patrimônio documental”, “patrimonialização documental”, “patrimônio cultural documental”, “patrimônio arquivístico”, “patrimônio bibliográfico” e “patrimônio”, em que cada descritor foi consultado separadamente na BRAPCI nos dias 17, 20 a 22 de dezembro de 2021.

Na **escolha dos documentos** foi realizada uma leitura técnica com base nos critérios de inclusão implementados para identificar as publicações que, de fato, descrevessem o conceito de patrimônio documental. Esses critérios foram: (1) autor(es) brasileiro(s); (2) ano de publicação; (3) título; (4) resumo; (5) palavras-chave; (6) introdução; e (7) referencial teórico. Cabe destacar que as revistas estrangeiras com autores brasileiros foram consideradas. Os artigos que só faziam a menção do patrimônio documental sem a inferência da noção do termo foram desconsiderados, visto que não atendem aos objetivos da pesquisa.

Na preparação do material durante a coleta na BRAPCI, optou-se pelo recurso do software Microsoft Excel, na qual foram criados metadados padronizados por: identificação (ID), título, autor(es), ano, revista e link de acesso.

3.2 Exploração do material

Fase longa que vai de acordo com os recortes realizados no texto, classificação em categorias temáticas e dados brutos do texto. É a administração sistemática das tomadas de decisões, podendo ser um processo aplicado manualmente que exerce operações de codificação pautadas em três escolhas: recorte, enumeração e classificação e agregação.

Na etapa do **recorte** a pesquisa escolheu o tema, que propõe descobrir os “núcleos de sentido”. Desse modo, buscou-se comparar e identificar temas com o mesmo conteúdo semântico nos artigos selecionados que integrassem o núcleo central “patrimônio documental”, a fim de estabelecer categorias temáticas. Para isso, a análise contou também com atenção direcionada para as palavras-chaves, resumos, introdução e referencial teórico dos textos.

Na **enumeração** foram contempladas somente dois tipos: a presença (ou ausência) e a medida frequencial simples. Logo, 52 unidades de registro foram escolhidas de acordo com a literatura científica trabalhada no referencial teórico da pesquisa, identificando temas extraídos na composição do conceito de patrimônio documental.

Na **classificação e agregação** o critério para a organização das categorias foi o semântico. O processo estruturalista foi dividido em duas etapas: inventário (isolam as unidades de registro) e classificação (organização das unidades de registro). Nesta etapa foram criadas seis categorias: (1) meios de divulgação; (2) elementos caracterizadores; (3) manifestações do termo; (4) gêneros documentais; (5) elementos basilares na construção do conceito; e (6) instituições integrantes, na qual a elaboração de cada categoria seguiu as cinco características propostas por Bardin (2008): (1) exclusão mútua; (2) homogeneidade; (3) pertinência; (4) objetividade e fidelidade e (5) produtividade.

4 Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

Neste polo cronológico, é possível levantar conteúdos expressos e latentes, além de propor inferências e interpretações de dados válidos e significativos, sintetizando e selecionando os resultados de acordo com os objetivos da pesquisa (BARDIN, 2008).

A Tabela 1 representa a análise de conteúdo por categorias com suas respectivas unidades de registros (em ordem alfabética) e indicadores (número de vezes em que a palavra ocorre):

Tabela 1 - Análise de conteúdo da pesquisa

CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIA	TOTAL
Meios de divulgação	curadoria educativa	1	34
	difusão de documentos	27	
	difusão educativa	2	
	educação patrimonial	4	

Elementos caracterizadores	autenticidade	6	78
	integridade	2	
	marcas de proveniência	1	
	missão patrimonial	58	
	raridade	11	
Manifestações do termo	bens culturais	8	69
	bens documentais	1	
	bem material da sociedade	1	
	bens móveis	2	
	bens patrimoniais	5	
	capital da sociedade	1	
	conjunto dos arquivos	1	
	conjuntos documentais	8	
	conjuntos documentais históricos	1	
	documento arquivístico digital	1	
	patrimonialização de arquivo	1	
	patrimonialização documental	4	
	patrimônio arquivístico	5	
	patrimônio arquivístico cultural	1	
	patrimônio documental arquivístico	14	
	patrimônio documental arquivístico digital	2	
	patrimônio documental bibliográfico	3	
	patrimônio documental científico	1	
	patrimônio documental cultural	2	
	patrimônio documental digital	1	
	patrimônio documental histórico	2	
patrimônio documental público	1		
patrimônio informacional	1		
patrimônio informacional arquivístico contemporâneo	1		
registro documental de arquivo	1		
Gêneros documentais	documento audiovisual	7	73
	documento digital	20	
	documento iconográfico	15	
	documento sonoro	5	
	documento textual	24	

	documento tridimensional	2	
Elementos basilares na construção do conceito	cidadania	10	76
	memória institucional	5	
	memória social	19	
	patrimônio cultural	35	
	produção técnico-científica	7	
Instituições integrantes	arquivos	44	86
	bibliotecas	15	
	centro de documentação	2	
	instituição portuária	1	
	instituições culturais	3	
	museus	8	
	universidades	13	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar das análises serem separadas por categorias, é importante enfatizar que nenhuma categoria foi considerada como única, visto que é inerente não tecer aproximações com as demais categorias. O mesmo ocorre para as unidades de registro, em que foram encontradas mais de uma unidade pertencentes a uma mesma categoria em um único artigo.

Não compete nessas análises aprofundar as discussões teóricas de cada unidade de registro, mas compreender as suas nuances dentro dos objetivos da pesquisa.

4.1 Meios de divulgação

Iniciar a análise de conteúdo a partir dessa categoria, que apesar de não ser muito explorada, mas presente no patrimônio documental, e principalmente, no patrimônio cultural, é falar sobre as funções primordiais encontradas nas conceitualizações do patrimônio documental.

A **curadoria educativa** é a única unidade de registro que só foi encontrada em um artigo, pois esse termo não é tão recorrente nos debates do

patrimônio documental, uma vez que seu lugar-comum compreende o museu, a despeito de ter uma ligação com as demais unidades de registro e ser um elemento fundamental nos aparatos conceituais do patrimônio documental.

A **difusão de documentos** traz consigo uma ideia pós-custodialista, pois as funções centrais não concernem somente nas atividades tecnicistas, mas no acesso aos acervos e em torná-los pertencentes ao seu público. Esse meio de divulgação foi o que teve a maior frequência — 27 artigos —, evidenciando o quanto as publicações sobre o patrimônio documental têm uma preocupação em difundir os seus bens, mesmo que essa frequência tenha uma discrepância de 42 artigos em relação ao corpus da pesquisa, mas não negando o valor significativo que essa situação identificada demonstra.

No tocante a **difusão educativa** nota-se que apenas dois artigos incluíram essa unidade de registro nos parâmetros conceituais, o que elucida uma deficiência de atividades com fins educativos no conceito de patrimônio documental. É provável inferir que a falta da difusão educativa nas publicações nacionais, pode ser devido à presença da palavra patrimônio, que já carrega fortes elementos de cunho educativo e difusivo.

Por fim, a **educação patrimonial**, assim como a difusão educativa, está baseada nas ações dos cidadãos e atua com a categoria elementos basilares na construção do conceito, por ter o patrimônio cultural como o elemento-chave. A frequência dessa unidade de registro foi de quatro artigos, ou seja, ainda há poucas discussões acerca da educação patrimonial dentro do patrimônio documental nacional, tendo em vista a grandeza de instituições de cunho educacional integrantes do patrimônio documental, como será abordado na categoria instituições integrantes.

Vale ressaltar que nessa categoria houve inter-relações entre as unidades de registro, ou seja, duas ou mais unidades se encontraram no mesmo artigo. Para essa categoria, a unidade educação patrimonial foi o ponto central que uniu com a difusão educativa e difusão de documentos. Constata-se que, ao abordar sobre a educação patrimonial dentro da conceitualização do patrimônio documental, existe a presença da difusão educativa e da difusão de documentos

como fatores essenciais na construção de uma demarcação conceitual do patrimônio documental.

4.2 Elementos caracterizadores

A **missão patrimonial** tem um número expressivo de ocorrência — 58 artigos. Esse elemento caracterizador é um dos fundamentais para o patrimônio documental, pois além de envolver uma ação, bem como nas unidades de registro da categoria meios de divulgação, apresenta atividades de salvaguarda e preservação; atrelado ao de identidade, cultura e memória dos grupos sociais e/ou instituições.

A **raridade** tem uma frequência significativa em razão de estar associada, diretamente, em alguns casos, como um elemento indissociável do patrimônio documental, na qual “[...] a definição do que vem a ser um livro raro se aproxima do conceito de patrimônio documental bibliográfico” (RODRIGUES, 2016, p. 110). Nesta análise, percebe-se que onze artigos trazem a raridade nos marcos teóricos do patrimônio documental, comunicando que esse elemento pode sim fazer parte do patrimônio documental, porém não compõem a totalidade conceitual. Em outras palavras, não se pode vincular, enfática e propriamente, o patrimônio documental à raridade.

As unidades de registro **marcas de proveniência, integridade e autenticidade** foram os que tiveram um dos índices mais baixos. Ou seja, um tema ainda emergente e tão importante na constituição do patrimônio documental, uma vez que o Programa Memória do Mundo, em um dos seus requisitos para a submissão de iniciativas, sinaliza as descrições e identificações das marcas temporais encontradas nos documentos e nas coleções que estabelecem os vínculos entre o período de produção e a sociedade, em uma perspectiva integrada.

De acordo com as inter-relações entre todas as unidades de registro da categoria, fica evidente que a unidade missão patrimonial se interliga com as demais unidades, além da ligação da unidade autenticidade com as unidades integridade e raridade. Nesse compasso, cabe destacar que a raridade tem uma estreita conexão com a missão patrimonial, pois as ações de salvaguarda e

preservação são fatores que nunca se ausentarão desses dois elementos caracterizadores, nos quais garantem a longevidade, utilidade, promoção, valorização, transmissão e revitalização dos registros documentais e de suas coleções em seus mais diferentes suportes e manifestações.

4.3 Manifestações do termo

Devido à quantidade acentuada de unidades de registro, foram criados oito grupos com o objetivo de sistematizar as discussões, sendo divididos da seguinte forma:

- a) **grupo 1** - bens culturais, bens documentais, bem material da sociedade, bens móveis e bens patrimoniais;
- b) **grupo 2** - conjunto dos arquivos, conjuntos documentais e conjuntos documentais históricos;
- c) **grupo 3** - patrimonialização de arquivo e patrimonialização documental;
- d) **grupo 4** - patrimônio arquivístico e patrimônio arquivístico cultural;
- e) **grupo 5** - patrimônio documental arquivístico, patrimônio documental arquivístico digital, patrimônio documental bibliográfico, patrimônio documental científico, patrimônio documental cultural, patrimônio documental digital, patrimônio documental histórico, patrimônio documental público;
- f) **grupo 6** - patrimônio informacional e patrimônio informacional arquivístico contemporâneo;
- g) **grupo 7** - registro documental de arquivo, capital da sociedade e documento arquivístico digital.

O **Grupo 1** apresenta cinco unidades de registro que remetem ao patrimônio documental nos moldes do patrimônio cultural ao destinar os documentos como bens, sejam eles culturais, documentais, móveis e patrimoniais. Vale ressaltar, o alto índice das unidades bens culturais e bens patrimoniais, tendo uma frequência de oito e cinco artigos, respectivamente.

O patrimônio documental entendido como um agrupamento de diferentes tipos de documentos, traz à tona a definição de arquivos que, em amplo sentido,

é um conjunto de documentos, por isso a estreita fusão da Arquivologia com o patrimônio documental. O **Grupo 2** expõe nove artigos que atribuem ao patrimônio documental como conjuntos documentais, na compreensão de que esse “documento” pertence aos arquivos, uma vez que “O termo ‘patrimônio documental’ é amplamente utilizado no meio arquivístico, especialmente ao tratar da preservação da documentação histórica” (ROSA; BAPTAGLIN, 2017, p. 81).

Nortear o patrimônio documental nas concepções da patrimonialização, é apresentar a herança cultural e coletiva, além de ultrapassar os muros materiais e de dar voz às falas plurais em detrimento da fala legitimada pelo Estado. O **Grupo 3** utiliza o termo patrimonialização documental para englobar os documentos de arquivo tendo uma frequência de quatro artigos.

O **Grupo 4** tem duas unidades de registro que são o patrimônio arquivístico com cinco artigos, podendo inferir o uso recorrente do patrimônio documental dentro da Arquivologia, e o patrimônio arquivístico cultural com apenas um único artigo, em que foi necessário especificar a natureza desse patrimônio ao se referir aos documentos audiovisuais.

O patrimônio documental no **Grupo 5** teve oito variações no termo, em que se percebeu um maior rigor em minuciar de que patrimônio documental estava sendo tratado, e ao mesmo tempo uma ironia, pois nota-se um uso mais independente do termo. Nesse raciocínio, observa-se que somente o termo patrimônio documental não comporta uma conceitualização que reúna os diferentes tipos de manifestações documentais.

A unidade de registro patrimônio documental arquivístico foi a mais utilizada nos trabalhos, na qual sua definição remete ao Grupo 1 no tocante ao conjunto dos arquivos, visto que o Arquivo Nacional (2005, p. 130) estabelece que o patrimônio documental arquivístico é “[...] o conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município”.

Cabe assinalar, a unidade patrimônio documental bibliográfico que tem um tom peculiar, ao instante em que une o patrimônio documental e bibliográfico, como já discutido pelo autor mexicano Palma Peña (2011, 2013).

Os dados mostraram três artigos que trabalharam com essa junção. Porém, ambos patrimônios têm suas distinções, pois o patrimônio documental é “[...] uma expressão mais imprecisa e ambígua que a de patrimônio bibliográfico” (LOUREIRO, 2020, p. 106).

O **Grupo 6** discorre sobre a ideia de substituir o termo patrimônio documental por patrimônio informacional, que de modo sumário, essa conversão se dá pelo fato da informação (imaterial) e do suporte (material) tecer um vínculo na constituição do documento, além do valor informativo presente nos documentos.

Por último, o **Grupo 7** não traz nenhuma menção ao patrimônio, mas reforça a compreensão do patrimônio documental como sendo documentos de arquivos, incluindo o formato digital.

Nas conexões entre as unidades de registro da categoria Manifestações do termo, que foi uma das categorias que mais teve inter-relações devido o acentuado número de unidades de registro, é possível considerar, em primeiro lugar, a unidade patrimônio arquivístico documental como o termo central que interliga com as demais unidades, concluindo ainda o forte uso do patrimônio documental na área da Arquivologia nas publicações nacionais em CI. Em segundo lugar, a unidade patrimonialização documental tem três vínculos com as unidades patrimônio arquivístico, patrimônio informacional e conjuntos documentais históricos. Por fim, em terceiro lugar, a unidade patrimônio documental histórico com duas ligações entre as unidades conjuntos documentais e bens culturais.

4.4 Gêneros documentais

É eminente a unidade **documento textual** que mesmo com uma diferença de 45 quando comparado aos 69 artigos que perfazem o *corpus* da pesquisa. Diante disso, nota-se que o documento textual continua sendo o gênero documental basilar no ambiente patrimonial documental.

O **documento digital** segue atrás, mas com uma diferença de apenas quatro artigos, ou seja, é um tema que vem sendo debatido com recorrência dentro do domínio do patrimônio documental.

O **documento iconográfico** tem um valor significativo, pois a inclusão desse gênero documental nas entrelinhas do patrimônio documental já vem sendo abordado há doze anos.

O **documento audiovisual** e o **documento sonoro** tiveram um índice baixo comparados as demais unidades de registro, porém a primeira publicação do que reuniu essas duas unidades nas demarcações conceituais do patrimônio documental foi em 2011 pela revista *Ciência da Informação*, no artigo *Fundamentos, Desafios e Alternativas para a Salvaguarda e Difusão de Patrimônio Documental fotográfico, audiovisual e sonoro* do autor Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (SILVA, 2011).

Por fim, o **documento tridimensional**, teve uma frequência de dois artigos. Nesses termos, há uma certa curiosidade no artigo *Curadoria Educativa em Arquivos-Museus Literários* do autor Marcos Ulisses Cavalheiro, publicado pela revista *Archeion Online* em 2018 (CAVALHEIRO, 2018). A curiosidade em questão é a presença das unidades de registro missão patrimonial, curadoria educativa e museus vinculadas ao documento tridimensional, o que não exclui o seu caráter formador nos entornos conceituais do patrimônio documental.

As relações entre as unidades de registro dessa categoria têm inúmeras afinidades entre elas, como por exemplo a unidade documento tridimensional que só aparece em dois artigos, mas estabelece inter-relações com as unidades documento audiovisual, documento iconográfico, documento sonoro e documento textual. É perceptível que os gêneros documentais presentes na conceitualização do patrimônio documental não são somente constituídos do documento textual. Logo, o conceito ganha novos contornos ao inserir e considerar diferentes e novas tipologias documentais, ao vislumbrar a ampliação dos horizontes de sua materialidade.

4.5 Elementos basilares na construção do conceito

O **patrimônio cultural** teve um resultado expressivo, no qual 35 artigos discutiram o patrimônio documental por meio do patrimônio cultural. Uma das principais origens dessa explicação é decorrente da presença do termo documentos no art. 216 do inciso IV da Constituição Federal de 1988 (BRASIL,

[2016]), que trouxe o patrimônio cultural como o elemento fundamental do patrimônio documental. Em outras palavras, não existe patrimônio documental sem o patrimônio cultural. As manifestações documentais que carregam elementos culturais significativos só podem ser identificadas e expressadas a partir do patrimônio cultural (PALMA PEÑA, 2013). Não é à toa que essa unidade de registro foi a única que teve inter-relações com todas as demais unidades dessa categoria.

A **cidadania** mesmo apresentando dez artigos, evidenciou um comportamento estável, pois, desde 2013 até 2020 essa unidade de registro vem sendo discutida nas conceitualizações de patrimônio documental. Em vista disso, boa parte dos autores que fazem parte do corpus da pesquisa, fundamentaram suas abordagens teóricas nos autores mexicanos e colombianos, dentre os quais pode-se destacar Juan Palma Peña, que traz a ideia de cidadania ao definir o patrimônio documental bibliográfico.

As unidades **memória social** e **memória institucional** têm uma diferença de 14 artigos, mas diante dessa distância quantitativa, pode-se inferir que o patrimônio documental é pautado na coletividade e nas ações desses grupos e/ou instituições dentro do contexto que estão inseridas. Esse aspecto coletivo tem uma estreita relação com a unidade patrimônio cultural. No escopo da consideração da memória institucional, há uma aproximação com a unidade de registro universidades da categoria instituições integrantes, no qual os valores de ensino, pesquisa e extensão são latentes, além da emanção de poder que esse patrimônio como memória institucional elucida.

A **produção técnico-científica** foi selecionada para compor a categoria, por articular com a memória social, que conseqüentemente recai no patrimônio cultural. Os autores usaram essa unidade para caracterizar em como os acervos são registrados nos mais variados tipos de suportes em conformidade com a realidade, tendo o seu foco no coletivo, por parte de quem produz e administra as coleções patrimoniais. Essa unidade de registro teve vínculos com as unidades memória social, patrimônio cultural e cidadania.

4.6 Instituições integrantes

A aplicação do termo patrimônio documental numa visão simplista, remete diretamente ao ambiente dos arquivos, a partir da breve associação da palavra documento a área de conhecimento da Arquivologia e patrimônio à preservação dos documentos históricos, e assim, chegando ao “lugar-comum” desse patrimônio que são os arquivos.

Dentre todas as unidades, nota-se a acentuada frequência dos **arquivos**, corroborando que essa unidade, além de ser o ponto chave dessa categoria, é largamente um dos objetos de estudo mais utilizados dentro do patrimônio documental; a associação de patrimônio documental aos arquivos já é feita de forma involuntária. Vale destacar que a unidade **universidades** apresentou oito artigos que remeteu aos arquivos abrigados por esses institutos superiores.

Para romper com essa visão alicerçada nesse “lugar-comum” dos arquivos, a análise de conteúdo identificou outras instituições, dentre as quais pode-se fazer menção as **bibliotecas**, que não fugindo daquela associação involuntária do patrimônio documental com os arquivos, sofre também de uma automática combinação em relação ao patrimônio bibliográfico. Vincular as bibliotecas ao patrimônio documental é ampliar esse universo não só de lugares, mas de contextos diferentes, pois cada instituições tem a sua peculiaridade em lidar com o seu patrimônio.

Os **museus** mesmo tendo um resultado de oito ocorrências, estabelecem um vínculo com a unidade de registro documento tridimensional da categoria Gêneros documentais. A primeira ocorrência foi em 2012 no artigo *Arquivos, Bibliotecas e Museus* do autor Carlos Eduardo dos Reis, publicado pela revista *Ágora*, na qual o autor tece um conceito de patrimônio documental de forma implícita, inserindo as “Três Marias” no conjunto dessa conceitualização (REIS, 2012). O fato de a unidade museus ter uma frequência baixa, não exclui as recentes discussões envolvendo essa unidade no âmbito do patrimônio documental, tendo como prova disso o artigo *Proposta de integração de recursos do Patrimônio Cultural Científico no modelo EDM* dos autores Cláudio Jose S. Ribeiro, Alexandre Medeiros Correia de Sousa e Maria Manuel Borges, pela revista *Biblos* em 2020 (RIBEIRO; SOUSA; BORGES, 2020).

Por último, as unidades **centro de documentação, instituições culturais e instituição portuária** ainda são tímidas nos aportes conceituais do patrimônio documental, mas sinalizam que há um vasto campo de atuação desse patrimônio, não restringindo a lugares consagrados por definições estabelecidas.

De acordo com as relações entre as unidades de registro da categoria Instituições integrantes, é possível afirmar o comportamento dos arquivos como a unidade central que tece encadeamentos com as demais unidades de registro. Em outros termos, os arquivos não podem estar no conceito de patrimônio documental de maneira isolada, porque eles tecem um diálogo com outras instituições nessa conceitualização.

5 Considerações finais

A pesquisa permitiu concluir que o patrimônio documental não está vinculado somente aos arquivos e documentos textuais, e que comporta o patrimônio bibliográfico e museológico. As manifestações conceituais desse termo atuam de maneira multidisciplinar, o que revela, inclusive, alguns embates epistemológicos na própria CI. As áreas do conhecimento que trabalham em conjunto com o patrimônio documental encontradas na pesquisa foram inúmeras, destacando: Biblioteconomia, Museologia, História, Arquitetura, Letras, Engenharia Química, Comunicação Social.

As unidades de registro transparecem a construção de um conceito de patrimônio documental que dê para o pesquisador, instrumentos de investigação e que orientem a observação dos fenômenos sociais que estão presentes no patrimônio documental, explorando o seu caráter dinâmico relacionado com a sociedade contemporânea, em que valores culturais, educativos, humanísticos, políticos, científicos, tecnológicos e econômicos são a base nas atribuições de valores das coleções.

Nessa perspectiva, à luz das relações identitárias, o trabalho salienta a missão patrimonial como uma das ações que viabiliza o fomento ao vínculo do termo com o país de origem, a memória e a cultura, dentro da noção do direito ao acesso, por meio de um elo afetivo, simbólico e até em espécie que os

registros documentais instituídos como patrimônio documental podem proporcionar para o público a que se destina.

Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

CAVALHEIRO, M. U. Curadoria educativa em arquivos-museus literários: reflexões iniciais. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 67-79, 2018.

COLÔMBIA. **Ley n° 1.379, de 15 de enero de 2010**. Por la cual se organiza la red nacional de bibliotecas públicas y se dictan otras disposiciones. El diário oficial: Bogotá, 2010.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. O lugar do patrimônio documental: Brasília e Fundo NovaCap. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 35-53, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3288>. Acesso em: 23 dez. 2022.

DORADO SANTANA, Y.; HERNÁNDEZ GALÁN, I. Patrimonio documental, memoria e identidad: una mirada desde las Ciencias de la Información. **Ciencias de la Información**, La Habana, v. 46, n. 2, p. 29-34, mayo/ago. 2015.

EDMONDSON, R. **Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental**. Paris: Unesco, 2002.

ESPAÑA. **Ley n° 16, de 25 de junio de 1985**. Del Patrimonio Histórico Español. Madrid: Palacio de la Zarzuela, n. 155, p. 20342-20352, 1985.

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, R. M. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. *In*: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 75., 2009, Milão. **Proceedings** [...]. Milan: IFLA, 2009. p. 1-8.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. El patrimonio documental y bibliográfico. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 6, n. 1, p. 11-41, 1996.

LOUREIRO, M. L. N. M. Repensando a noção de patrimônio documental. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 98-112, jul./dez. 2020.

PALMA PEÑA, J. M. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad. Revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, n. 58, p. 31-57, sept./dic. 2013.

PALMA PEÑA, J. M. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.5209/rev_RGID.2011.v21.37427. Acesso em: 23 dez. 2022.

REIS, C. E. Arquivos, bibliotecas e museus: segurança e preservação do patrimônio. **Ágora**, Florianópolis, v. 22, n. 45, p. 5-14, 2012.

RIBEIRO, C. J. S.; SOUSA, A. M. C.; BORGES, M. M. Proposta de integração de recursos do patrimônio cultural científico no modelo EDM: uma perspectiva de representação de um domínio temático. **Biblos**, Rio Grande, v. 34, n. 2, p. 247-264, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/biblos.v34i2.11864>. Acesso em: 28 dez. 2022.

RODRIGUES, M. C. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 110-125, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v14i1.8641846>. Acesso em: 23 dez. 2022.

ROSA, T. C.; BAPTAGLIN, L. A. O acesso à informação e ao patrimônio documental no Instituto Federal de Roraima: conquistas e desafios. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 74-91, jul./dez. 2017.

SILVA, R. R. G. Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40, n. 3, p. 492-509, set./dez. 2011.

UNESCO. **Recomendación de la Unesco relativa a la preservación del patrimonio documental, comprendido el patrimônio digital, y el acceso al mismo**. Paris, 17 nov. 2015. Disponível em: <https://url.gratis/y2ayi>. Acesso em: 23 dez. 2022.

APÊNDICE A - CORPUS DA PESQUISA

ID	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	REVISTA
A1	<i>Histórias e memórias institucionais captadas a partir do estudo de acervos fotográficos</i>	Luciana Souza de Brito	2010	DataGramaZero
A2	<i>Arranjo e descrição arquivística em processos judiciais</i>	Tassiana Jaqueline Fanck Kich Gláucia Vieira Ramos Konrad	2011	Perspectivas em Ciência da Informação
A3	<i>Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro</i>	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	2011	Ciência da Informação
A4	<i>O Prontuário Eletrônico de Paciente (PEP) como memória, patrimônio documental e cultural</i>	Jorge Alberto Soares Cruz Daniel Flores Olga Maria Correa Garcia	2011	Em Questão
A5	<i>A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória</i>	Mariana Lousada	2012	RICI
A6	<i>Arquivos, bibliotecas e museus: segurança e preservação do patrimônio</i>	Carlos Eduardo dos Reis	2012	Ágora
A7	<i>Uma discussão sobre documento audiovisual enquanto patrimônio arquivístico cultural no Brasil</i>	Luiz Antonio Santana da Silva Telma Campanha de Carvalho Madio	2012	Ibersid
A8	<i>A atuação da Discoteca Oneyda Alvarenga na construção do patrimônio imaterial: revendo uma trajetória</i>	Ana Paula Silva Alcenir Soares dos Reis	2013	Perspectivas em Ciência da Informação
A9	<i>Arquivos privados e interesse público caminhos da patrimonialização documental</i>	Talita dos Santos Molina	2013	Acervo
A10	<i>Centralidades do patrimônio: considerações sobre a gestão documental para preservação de arquivos institucionais</i>	Juliana Rabelo do Carmo	2013	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação
A11	<i>Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício</i>	João Paulo Borges da Silveira	2013	Ágora
A12	<i>Inventário do patrimônio documental do centro histórico de São Luís</i>	Cintia da Luz Santos Leane Carvalho Ferreira	2013	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação

		Erivânia Menezes Dutra Valdirene Pereira da Conceição		
A13	<i>Patrimônio cultural, patrimônio documental: o fundo PROMOART do CNFCP/IPHAN</i>	Miriane da Costa Peregrino	2013	Ágora
A14	<i>Patrimonio documental archivístico audiovisual de instituciones públicas en la ciudad de Salvador (Brasil)</i>	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	2013	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação
A15	<i>Preservação da informação arquivística digital: repercussões para o patrimônio cultural</i>	Murilo Billig Schäfer Daniel Flores	2013	Em Questão
A16	<i>Preservação de acervos micrográficos: um enfoque no laboratório de reprografia da Universidade Federal de Santa Maria</i>	Camila Anibale Perlin Carlos Blaya Perez	2013	Ágora
A17	<i>Produção institucional na perspectiva arquivística: memória e patrimônio documental</i>	Gilberto Fladimar Rodrigues Viana Telma Campanha de Carvalho Madio	2013	Ibersid
A18	<i>O arquivo universitário e a memória da universidade</i>	Franciele Simon Carpes Daniel Flores	2013	Informação & Sociedade
A19	<i>O bibliotecário e o patrimônio documental: conscientização do usuário aos materiais informacionais</i>	Ângela Silva Lopes Jacqueline Silva Pereira Livia da Conceição Reis Santos Sara Nascimento de Caldas	2013	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação
A20	<i>O documento histórico como fonte de preservação da memória</i>	Deneide Teresinha de Carli	2013	Ágora
A21	<i>O Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria pelo viés de ações direcionadas aos educadores</i>	Daniéle Xavier Calil Carlos Blaya Perez	2013	Ciência da Informação
A22	<i>O risco da patrimonialização: a (não) avaliação e seleção dos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros</i>	Thiago de Oliveira Vieira	2013	PontodeAcesso
A23	<i>A gestão de documentos e a preservação do patrimônio documental em municípios gaúchos: quando a regra é a exceção</i>	Marco Antônio da Luz Daniel Flores	2014	Ágora
A24	<i>A proteção do patrimônio arquivístico brasileiro: um estudo das ações do Ministério Público Federal</i>	Cristiane Basques Georgete Medleg Rodrigues	2014	Informação & Sociedade

A25	<i>Arquivo permanente: a gestão do patrimônio documental no Arquivo Público do estado de Santa Catarina</i>	Luiza Morgana Klueger Souza Eva Cristina Leite da Silva	2014	Ágora
A26	<i>Região Platina/MERCOSUL: projetos desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Maria na área de Artes e Letras</i>	Gilberto Fladimar Rodrigues Viana Daniel Flores	2014	Em Questão
A27	<i>A divulgação do patrimônio documental dos arquivos universitários das IFES da região sul do Brasil em websites</i>	Eliseu dos Santos Lima Daniel Flores	2015	Ágora
A28	<i>Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação</i>	Franciele Merlo Gláucia Vieira Ramos Konrad	2015	Informação & Informação
A29	<i>O Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis: 21 anos</i>	Carlos Eduardo dos Reis	2015	Ágora
A30	<i>A utilização do ICA-ATOM como plataforma de acesso, difusão e descrição dos documentos arquivísticos de instituições públicas</i>	Eliseu dos Santos Lima Daniel Flores	2016	Informação & Informação
A31	<i>Ações de gestão documental no tratamento do patrimônio documental dos portos marítimos do Brasil</i>	Roberta Pinto Medeiros Luciana Souza de Brito Maria de Fátima Cruz Corrêa	2016	Ágora
A32	<i>Centro de memória ferroviária: gestão organizacional</i>	Cátia Rodrigues Barbosa Mônica Elisque Do Carmo	2016	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação
A33	<i>Patrimônio documental a preservação digital em longo prazo</i>	Ana Suely Pinho Lopes Daniel Flores	2016	Acervo
A34	<i>Patrimônio documental nacional: conceitos e definições</i>	Marcia Carvalho Rodrigues	2016	RDBCI
A35	<i>Patrimônio fotográfico e os espaços de memória no estado do Espírito Santo</i>	André Malverdes André Porto Ancona Lopez	2016	PontodeAcesso
A36	<i>Jogos On-Line na Educação Patrimonial: Resultados Preliminares</i>	Leandro de Abreu Souza Jaccoud Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna	2017	Informação & Tecnologia
A37	<i>Preservação do patrimônio documental arquivístico em ambiente digital</i>	Henrique Machado dos Santos Daniel Flores	2017	Palavra Clave

A38	<i>O acesso à informação e ao patrimônio documental no Instituto Federal de Roraima: conquistas e desafios</i>	Tatiana Costa Rosa Leila Adriana Baptaglin	2017	Informação em Pauta
A39	<i>O acesso, via web, ao patrimônio documental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG: a aplicabilidade da digitalização e do software ATOM (ICA-ATOM)</i>	Elisangela Gorete Fantinel Daniel Flores Dhion Carlos Hedlund Andrea Gonçalves dos Santos Mateus de Moura Rodrigues	2017	Informação Arquivística
A40	<i>Acesso à informação e ao patrimônio documental da Universidade Federal de Roraima: uma reflexão necessária</i>	Tatiana Costa Rosa Leila Adriana Baptaglin	2018	Archeion Online
A41	<i>Acesso ao patrimônio documental e à informação nas instituições federais de ensino superior do estado de Roraima</i>	Tatiana Costa Rosa Leila Adriana Baptaglin	2018	Ágora
A42	<i>Centros de documentação e patrimônio documental direito à informação, à memória e à cidadania</i>	Janete Leiko Tanno	2018	Acervo
A43	<i>Curadoria educativa em arquivos-museus literários: reflexões iniciais</i>	Marcos Ulisses Cavalheiro	2018	Archeion Online
A44	<i>Estudo sobre a atuação do MERCOSUL Cultural nas ações de preservação do patrimônio documental bibliográfico</i>	Marcia Carvalho Rodrigues	2018	Em Questão
A45	<i>Processo administrativo eletrônico na administração pública federal: análise considerando a gestão arquivística de documentos</i>	Murilo Billig Schäfer Eliseu dos Santos Lima Claudinei Carin Seiffert Daniel Flores	2018	PontodeAcesso
A46	<i>Uma investigação acerca do acesso à informação e do patrimônio documental da Universidade Federal de Roraima</i>	Tatiana Costa Rosa Leila Adriana Baptaglin	2018	Páginas a&b
A47	<i>Arquivos da ditadura e acesso à informação: acervo memória e direitos humanos da Universidade Federal de Santa Catarina</i>	Mariela Passarin Cezar Karpinski	2019	Perspectivas em Ciência da Informação
A48	<i>Banco de dados em software livre: uma solução para acesso e recuperação do patrimônio documental</i>	Fabiana Fagundes Fontana André Zanki Cordenonsi	2019	RICI

A49	<i>O lugar do patrimônio documental: Brasília e Fundo NovaCap</i>	Renato Crivelli Maria Leandro Bizello	2019	Perspectivas em Ciência da Informação
A50	<i>Patrimônio documental e a memória da cidade: considerações acerca da gestão da memória em Montes Claros, Minas Gerais</i>	Filomena Luciene Cordeiro Reis Juliano Gonçalves de Aquino	2019	Ágora
A51	<i>Perfil e lugar dos arquivos privados institucionais em entidades custodiadoras cariocas</i>	Gabriela Ayres Ferreira Terrada Vitor Manoel Marques da Fonseca	2019	Informação & Informação
A52	<i>Realidade e perspectivas de acesso aos bens documentais e à informação nas IFES do estado de Roraima</i>	Tatiana Costa Rosa Leila Adriana Baptaglin	2019	InCID
A53	<i>A coleção paraibana e a biblioteca de obras raras Átila Almeida: formação e rearranjo de um patrimônio bibliográfico-documental</i>	Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio	2020	Memória e Informação
A54	<i>A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil: uma abordagem conceitual</i>	Jullyana Monteiro Guimarães Araujo	2020	Memória e Informação
A55	<i>Educação patrimonial, bibliotecas e museus virtuais na escola</i>	Ítalo Teixeira Chaves Lidia Eugenia Cavalcante	2020	Biblionline
A56	<i>Identificação do patrimônio documental arquivístico do município de Angra dos Reis, RJ: o Guia do APERJ e AISDLAH como base do instrumento de pesquisa</i>	Martha Myrrha Ribeiro Soares Ana Célia Rodrigues	2020	Memória e Informação
A57	<i>Identificar é preciso! O uso do inventário como ferramenta de preservação do patrimônio bibliográfico</i>	Adriana Dias Gonçalves	2020	Memória e Informação
A58	<i>Gestão e preservação de coleções especiais como patrimônio bibliográfico no âmbito universitário</i>	Luana Peleja Sobrinho	2020	Revista Eletrônica da ABDF
A59	<i>Mitigação e controle da microbiodeterioração do patrimônio bibliográfico e o incidente na Biblioteca Henrique Morize do MAST</i>	Ozana Hannesch Fernanda do Nascimento Corrêa	2020	Revista Eletrônica da ABDF
A60	<i>O acesso aos documentos com e seu o uso da tecnologia da informação</i>	Ana Suely Pinho Lopes Jorge Pedro Sousa	2020	LOGEION
A61	<i>O acesso e a censura à informação em tempos de covid-19: impactos humanos e sociais</i>	Shirley Carvalhêdo Franco	2020	Fontes Documentais

A62	<i>O catálogo do patrimônio bibliográfico nacional (CPBN): instrumento de salvaguarda e preservação</i>	Sílvia Fernandes Pereira	2020	Memória e Informação
A63	<i>O descaso secular com o patrimônio bibliográfico manuscrito colonial: a ponta do iceberg</i>	Walmira Costa	2020	Memória e Informação
A64	<i>O silêncio da Irmandade de Nossa Senhora dos Desvalidos e o manuscrito revelador: a salvaguarda de um patrimônio documental baiano</i>	Alicia Duhá Lose Vanilda Salignac Mazzoni Fabiano Cataldo de Azevedo	2020	Memória e Informação
A65	<i>Patrimônio bibliográfico brasileiro: um estudo sobre o acervo da biblioteca do Arquivo Nacional</i>	Alexandra Werneck da Silva Daniele Achilles Fabiano Cataldo de Azevedo	2020	Encontros Bibli
A66	<i>Patrimônio documental e acervos</i>	Andreza Vellasco Gomes Eduardo Romero de Oliveira	2020	RDBCI
A67	<i>Proposta de integração de recursos do patrimônio cultural científico no modelo EDM: uma perspectiva de representação de um domínio temático</i>	Cláudio Jose S. Ribeiro Alexandre Medeiros Correia de Sousa Maria Manuel Borges	2020	Biblos
A68	<i>Repensando a noção de patrimônio documental</i>	Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro	2020	Memória e Informação
A69	<i>Uma análise acerca da cadeia de custódia de documentos arquivísticos do poder executivo de São Francisco de Assis RS</i>	Daniel Flores Fabiana Ciocheta Mazuco	2020	Ágora

Fonte: Dados da pesquisa.

The Documentary Heritage in the national scientific literature of Information Science: theoretical and practical assumptions

Abstract: The use of the term documentary heritage, in a simplistic observation, seems obvious. However, the discussions around the documental heritage, lacks depth in information studies, since the employment reflects, directly, in a conceptual imprecision between the qualifier "documental". In view of this, the general objective of this research is to analyze the theoretical relations and applications of documentary heritage in the national scientific literature of Information Science. The study presents descriptive purposes, bibliographic means, bibliometric analysis and content analysis, as methods, in which 69 articles of Brazilian authors indexed from the Referential Database of Information Science Journal Articles in the period from 2010 to 2020 were surveyed. It considers that the documentary heritage comprises all collection of documents of extremely varied nature, belonging to any time and part of a set of manifestations and cultural representations, historical and contemporary, which is constituted of social memory, citizenship, identity, education and diversity of humanity, being of public or private ownership that includes spaces: social, innovative, identity, humanistic, cultural, scientific, historical, memorial, technological, through the link with the country of origin, in which carries attributes, substantially, informational.

Keywords: documentary heritage; BRAPCI; brazilian scientific production; content analysis

Recebido: 26/07/2022

Aceito: 29/01/2023

Declaração de autoria:

Concepção e elaboração do estudo: Daniela Eugênia Moura de Albuquerque e Murilo Artur Araújo da Silveira

Coleta de dados: Daniela Eugênia Moura de Albuquerque

Análise e interpretação de dados: Daniela Eugênia Moura de Albuquerque

Redação: Daniela Eugênia Moura de Albuquerque

Revisão crítica do manuscrito: Murilo Artur Araújo da Silveira

Como citar:

ALBUQUERQUE, Daniela Eugênia Moura de; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da. O Patrimônio Documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação: pressupostos teóricos e práticos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, e-126150, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.126150>





Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465681706033>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe,
Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no
âmbito da iniciativa acesso aberto

Daniela Eugênia Moura de Albuquerque,

Murilo Artur Araújo da Silveira

O Patrimônio Documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação: pressupostos teóricos e práticos

The Documentary Heritage in the national scientific literature of Information Science: theoretical and practical assumptions

Em Questão

vol. 29, e-126150, 2023

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

ISSN: 1807-8893

ISSN-E: 1808-5245

DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.126150>